

FOLHA POLITICA E LITTERARIA.

SUBSCREVE-SE A 2\$500 RS. POR TRIMESTRE (13 NÚMEROS) E VENDE-SE CADA FOLHA AVULSA A 200 RS. NESTA TYP.

SABBAO 23 DE MAYO.

MARANHAO TYPOGRAPHIA DA TEMPERAN-
ÇA, IMPRESSO POR MANOEL PEREIRA
RANOS, NA RUA FORNOZA CAZA N.º 2.

EXTERIOR.

AS FINANÇAS DA INGLATERRA.

Paris, 25 de fevereiro de 1847.

Publicámos hontem o plano financeiro apresentado pelo governo inglez. A situação da Grãa-Bretanha é ali simples e claramente exposta: cumpre fazer esta justiça ao ministro da fazenda. Sir Charles Hood não dissimulou nenhum dos perigos que ameaçam o seu paiz, mas essa mesma resolução com que francamente os combate, longe de diminuir a sua gravidade, não serve senão para claramente a demonstrar.

Ha nessa exposição financeira duas faces mui distinctas: é uma medalha brilhante de um lado, mas com tristíssimo reverso. Graças á administração habil e firme de sir Robert Peel, do homem que é sempre chamado para o leito de morte do thesouro publico, e que sabe restituir-lhe a vida e a saúde, tem apresentado a Inglaterra nestes ultimos annos um espectáculo de prosperidade commercial e de progresso industrial de que não havia exemplo ha muito tempo. O ministro da fazenda não hesitou em render essa homenagem ao restaurador do credito do seu paiz, e altamente reconheceu que era a elle que a Inglaterra devia a posição em que se achava de poder fazer face ás imprevistas necessidades que sobre ella recahirão. Na primeira parte do seu discurso, não teve de fallar sir Charles Hood senão do progresso da prosperidade publica.

Havia um saldo grande no balanço do orçamento sob a acção salutar da grande politica de liberdade commercial, as alfândegas e sobretudo o *excise* (imposto sobre o consumo de muitos artigos de produção do paiz) que é o thermometro do bem-estar das massas, tinham rendido mais que nunca. Emfim, se a Inglaterra estivesse a sós, seria talvez o paiz mais rico e mais solido do mundo. Mas essa brilhante nomenclatura pára de chofre. Após o momento do triumpho, vem a hora da penitência; ouve-se a voz de todo um povo esfaltando que chama a Inglaterra ao sentimento da fraqueza humana, e lhe brada: "Recorda-te que não és senão pó!" É então que o ministro inglez dá principio á outra narração, narração lamentavel, cheia de misérias, de dóres, e que é a expiação dos erros e dos crimes de seculos passados. A Inglaterra não está a sós; assemelha-se ao suppliciado de outros tempos que era amarrado a um cadaver; no meio da sua propria prosperidade geme e verga sob o peso da historia.

Não accusamos a Inglaterra de hoje, reconheceu o seu erro e sangra-se para

emenda-lo. Vê agora o que custa abandonar uma nação inteira á incuria, á desordem, á rapacidade, ao flotismo. A Irlanda vingá-se hoje, não por suas proprias mãos, mas sim por suas proprias desgraças. Não se reparou em um dia seculos de erros e de malversação. A Irlanda soffreu por corto este anno uma calamidade contra a qual nada podem os esforços dos homens; eis presença dessas visitações da Providencia, como se diz em inglez, não nos resta senão inclinar-nos nos e submeter-nos. Mas quem ousará dizer que o passado da Irlanda, que essa dolorosa e escandalosa historia que veio a ser o typo classico da miséria, não é a causa primaria dos desastres do presente? E quem é responsavel do passado da Irlanda senão a Inglaterra?

O discurso do ministro inglez encerra uma lição grande e instructiva. No meio de uma carreira de ventura quasi sem exemplo, estaca a Inglaterra subitamente ante um muro que por longo tempo lhe tolherá o passo. As grandes reformas commerciaes que emprehenheu, hão de ser por força suspensas; não pôde abandonar nem diminuir nenhuma direito; não impõe ainda novas taxas, mas é esse o primeiro acto que se deve esperar do parlamento. No entanto cumpre dar de comer á Irlanda. O ministro da fazenda declara que não pôde determinar a somma de que carecerá, por isso que o numero dos pobres aumenta diariamente, porque ainda não é chegado o periodo mais asstador, e finalmente porque não é possível prever o que será a proxima colheita. Em tudo o caso, avalia approximadamente a despeza para socorrer a Irlanda somente, em um milhão esterlino por mez. Mas por muito triste que seja o actual estado da Irlanda pôde vir a ser ainda peor. E nos mezes de maio, de junho, de julho e d'agosto que a miséria mais se faz sentir nesse maldito paiz. O governo contrahiu um emprestimo de oito milhões de libras sterlingas (68,000 contos). Do dia 25 de fevereiro a 20 de agosto gastará seis milhões; os dois que restão não chegarão para supprir ás necessidades de setembro e dezembro. Conta-se com a colheita, mas diz-se a todas as partes que a colheita deste anno será inferior á do anno passado, porquanto os Irlandeses quasi que abandonarão a cultura das terras.

E pois, com os dois milhões quatrocentas mil libras que já se gastão nos tres mezes passados, e com os oito milhões que ora se vão tomar de emprestimo, terá deixado a Inglaterra em menos de um anno perto de trezentos milhões de francos no abismo sem fundo da miséria irlandeza. Quando o ministro da fazenda exprime a esperança de que metade do emprestimo seria restituído pelos proprietários

da Irlanda, a quem se tinha feito adiantamentos, respondeu-lhe a camara dos communs com risadas de incredulidade.

E ainda não é tudo. A taxa geral sobre todos os rendimentos, esse recurso supremo que a ouzadia de sir Robert Peel emprestara ao arsenal dos tempos de guerra, e que não devia ser senão um esforço momentaneo, está hoje estabelecido em permanencia na economia publica da Inglaterra. O ministro da fazenda o disse mui claramente. O *income-tax* devia acabar este anno, não se attendeu a propôr a sua renovação; disse que julgava dever deixar esta tarefa ao proximo parlamento. Mas ninguém duvida de que essa taxa será não só renovada, senão augmentada. Diz-se já que será elevada a 2 por cento.

Os principaes órgãos da opinião publica em Inglaterra lanção fogo e chamam contra a Irlanda. É um concerto de recriminações e de maldições. A mesma camara dos communs se tornou um theatro do dissensões entre os representantes das duas nações. A Inglaterra dá os seis milhões, mas sempre com a condição de não pagar por bom preço, e é impossível atrair a esmola á cara de um povo inteiro com mais insulto, mais desdém e mais azedume.

(Do Jornal do Commercio.)

INTERIOR.

RIO DE JANEIRO.

—Lê-se no "D" o do Rio de Janeiro: "A parte da... do Sr. Barão de Cayrá ao Sr. Ministro da Confederação Argentina, na qual o Governo Imperial declara, "estar convencido de não dever continuar na neutralidade inactiva que o torna mero espectador da guerra do Prata, e que lhe cumpre, sem recorrer a hostilidades, porfiar na pacificação do Prata, empregando os meios que a lei das nações e a sua pratica offerecem com tanta vantagem dos povos cultos" essa parte, dizemos, não passou sem reparo do Sr. Ministro da Confederação Argentina, o qual perguntou: 1.º se o Governo do Brasil está decidido a abandonar a neutralidade e intervir na questão do Rio da Prata; 2.º que meios pretenda o Governo Imperial empregar para a pacificação do Prata, posto parecer indicar que não recorrerá a hostilidade. O Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros respondeu — que não no mesmo extracto que o Sr. Guido fez da nota referida acharia satisfeita a sua pergunta, tanto quanto pôde exigir-se do Governo Imperial.

— Havendo o General Oribe mandado em um decreto que sejam considerados piratas, e castigados por consequente com pena de morte, o patrão ou capitão e indivíduos da tripulação dos navios que chegarem a ser apprehendidos no acto de embarcar qualquer especie de gados ou productos sobre as costas da Republica, sem licença especial—o Governo Imperial de terminou positivamente a Legação Brasileira em Montevideo que exija do General Oribe as necessarias modificações ao decreto, não só para que não tenha applicação aos subditos brasileiros que por ventura forem encontrados em portos que não es- tejam sob a auctoridade d'aquelle General, mas ainda para que nos do seu dominio não possa impor-lhes outras penas que não sejam as de contrabando;—e que no caso de não obter essas justas modificações, pro- teste ameaçando com represalias, que se- rão levadas a effeito, se tanto for necessa- rio, para salvar a vida dos subditos brasi- leiros em risco por esse motivo.

(Sentinella da Monarchia.)

PARANHÃO.

Communicados.

UMA AMOSTRA DOS COSTUMES INGLEZES.

— Os voxames em, que, por occasião da fome que consome tanto a população in- gleza como a irlandesa, a Inglaterra se tem visto, moverão-na a recorrer, não só aos meios humanos, emprestando a Irlanda oito milhões de libras st. &c., mas aos auxi- lios da Divina Providencia, como se vê ver nos seguintes extractos de uma folha inglesa a Illustração.

O JEJUM PUBLICO.

PROCLAMAÇÃO DA RAINHA.

—“Victoria R. Tomando na mais seria consideração o pesado castigo com que approvou o Omnipotente Deos visitar as iniquidades desta terra, com uma bem pe- nosa escassez e carestia dos diversos sus- tentos necessarios á vida; e por outro lado confiando no Omnipotente Deos, que não obstante esse vehemente castigo descur- regado sobre nós e o nosso povo, se com a devida contrição e penitencia lhe recor- rermos, retirará a sua péssima mão; com o parecer do nosso Conselho Privado temos resolvido ordenar, e ordenamos que um jejum publico e uma humilhação se obser- vem na quarta feira 24 do corrente mez de março em todas as partes do nosso rei- no unido, chamado Inglaterra e Irlanda, afim de que nós e o nosso povo, humilhados todos na presença do Omnipotente Deos, possamos obter o perdão das nossas culpas, e pela mais devota e solemne maneira á Divina Magestade dirigir as nossas preces, rogando-lhe nos alivie de tão afflictivos ma- les como os que agora padecemos, e que bem merecemos pelos nossos peccados e provocações. E mandamos que o dito je- jum publico seja com todo rigor mui de voto e reverentemente observado por todos os nossos amados subditos de Inglaterra e Irlanda, a fim de se obter o favor do ceo, fazendo aplacar a sua ira e indignação; e os que não cumprirem com tão religioso

e necessario dever serão punidos como me- recerem. Outro sim, para melhor e mais solemne ser esse acto cumprido, en- cartaremos nos muito reverendos arcebis- pos, e aos muito reverendos bispos da In- glaterra e Irlanda que para esta oração compoñão uma formula especial, apro- priada á occasião, a qual formula deverá ser usada por todas as igrejas, capellas, e lugares de publica adoração, fazendo n os mesmos arcebispos e bispos distribuir por todas as suas dioceses. Dada em o nosso paço, em Osborne House, ilha do Wight, nos 9 dias de março no anno do nosso Senhor, de 1847, decimo do nosso reinado.

Viva a Rainha!

(God save the Queen.)

—Obedecendo á ordem da Rainha, fi- zerão os arcebispos e bispos uma formula especial, composta de diversas orações do serviço ordinario da Igreja, e de salmos com a seguinte addição:—

FORMULA DA ORAÇÃO.

“O Deus, a cuja ordem a terra que sustenta a vida do homem, em partes destas ilhas, tem recusado as usinas provisões de alimentos, convertendo a abundancia em escassez: Afasta e nós Te supplicamos, e castigo com que nos Visitaste para que o pobre não pereça de fome. Nós confessamos, O Senhor, que pelas nossas discórdias e divisões, e pelo abuso dos Teus dons, as- sim como pelo esquecimento das Tuas in- finitas mercês, bem merecemos o castigo. Temos peccado, sim, temos peccado mise- ravelmente contra Ti, mas conhecendo a Tua infinita misericórdia Te pedimos per- dão das iniquidades do Teo povo. Digna- Te acudir ao pobre e necessitado nas suas actuaes necessidades, e, nas respectivas estações, nos dar e conservar os fructos da terra. Seja qual for a Tua vontade a nosso respeito, dá-nos graça para recebermos com plena submissão ás Tuas determina- ções os castigos ou mercês que nos en- viares; para pelo arrependimento procu- rarmos desarmar as Tuas iras; e final- mente para por uma cega obediencia aos Teus decretos, mostrarmos que reconhe- cemos a Tua summa bondade. Entregues somente a nós, somos incapazes de qu- rer ou de fazer unicamente o que Te agra- da, e Te rogamos por isso, que ás in- fluencias do Teu Divino Espirito abras os nossos corações, fazendo-nos sentir dor e compaixão pelos nossos vizinhos, afim de que, ouvindo fallar dos males alheios, para elles te supplicamos remedio; e em fim para, unidos os nossos corações pelo amor fraternal, em paz e alegria parti- lhamos o que nós vier da Tua bondade, e de tudo gosarmos em honra e gloria do Teu nome por Jezus Christo Nosso Senhor. Amen.

Sr. Redactor.

—Queira ter a bondade de transcrever no seu jornal a carta e resposta inclusa por onde se vê que não fui eu como busca inculcar o Sr. Antonio Joaquim Tavares, quem mandou imprimir o folheto, que por ali corre sobre o crime de bigamia de que he accusado o mesmo Sr.: eu fui o que tem mostrado, e emprestado a quem tem querido ver os documentos originaes sobre tal crime; e he isto unicamente o

que me cumpre dizer acerca da defesa, ou antes confissão solemne, que o mesmo Sr. ultimamente mandou imprimir avulsa a respeito deste objecto; porquanto se al- gumha resposta tivesse de dar-lhe em vir- tude do tal papeluxo seria a que justa- mente se dá ao cavalleiro cobarde, que larga o florete para arremessar lama a cara do seu contrario; a que se dá ao adversario, que na impotencia de defen- der-se, pelos meios legaes, exasperado, e delirante busca as vias de facto, ou in- venta contra seu contendor torpesas in- criveis, e só lembradas a quem se acha azevado a postergar as leis sociaes, tor- pezas que talvez não ferir a honra de 3 crianças, que, sobre innocentes, são filhas de uma pessoa já morta, que mais de uma vez enchugou as lagrimas da fami- lia do adversario ingrato.

Felizmente o Sr. Tavares e eu so- mos filhos do Maranhão que nos conhece, o eu sou contente porque alguém por mim lhe dirá: se com tantos documentos, que contra ti apparecem, e que não ousas con- testar te queres inculcar innocente, como buscas que te acreditem se contra teu antagonista não produces um só? não tens procurado crimina-lo por todos os meios possiveis? não te tens para isto servido do teu emprego, talvez com pouca dig- nidade? não tem sido perseguido os que comtigo não tem a condescendencia de o criminar? não tens levado a Relação com o auxilio dos teus amigos, e até ao Ministro da Fazenda as tuas queixas in- fundadas contra elle? o o que has, co- lido em resultado?... uma serie de derrotas... o fatal axioma de te acha- res crucificado para todos os dias da tua vida: queixa-te pois de tua imprudencia, e dos máos conselhos de teus amigos, que o publico já tem proferido sua sentença e esta passou já em julgado.

Joze Joaquim Rodrigues Lopes.

Ilm. Sr. Manoel Pereira Ramos.— Rogo-lhe o favor de dizer me sob pala- vra de honra se fui eu quem mandou im- primir na sua Typographia o folheto que por ali corre a respeito do Sr. Antonio Joaquim Tavares, e de authorisar-me a publicar a sua resposta se assim me con- vier. De V. S. attencioso venerador e criado=Joze Joaquim Rodrigues Lopes.= Ilm. Sr. Major Joze Joaquim Rodrigues Lopes.—Não foi V. S. quem mandou im- primir o folheto relativo ao Ilm. Sr. An- tonio Joaquim Tavares, e pode publicar esta onde lhe convier. Sou com respeito. De V. S. muito venerador subdito e criado Manoel Pereira Ramos.—S. C. 20 de Maio de 1847.

Sr. Redactor.

—Que está a nossa Assembleia Provin- cial em suas sessões ordinarias é cousa de que Vm. se occupou deixando como que desapercebidos os nossas notabili- dades parlamentares. E porque? Seja lá pelo que for, nós tomaremos essa oc- cupação a conta, quando houver tempo e paxorera, e nos encarregamos de publicar os pedacinhos mais salientes dos discursos dos nossos mais distinctos oradores, dando assim publicidade aos parcos de eloquencia dessas caras esperanças da patria. Sem- pre se falla do que mais se gosta, porisso, e porque talvez em breve tenha o Sr. Paulo Nunes Cascas de deixar a cadeira do

deputado para ir sobressa— as doçuras da cada— nos occuparemos em primeiro lugar d'elle.

No Sr. Paulo, inspector do Thezouro Provincial, libravão as esperanças da provincia com o fim de vêr desaparecer o deficit, que a sobrecarrega, sem novos impostos á população; pois contava-se que o Sr. Paulo, que apregoa os seus conhecimentos financeiros praticos e theoreticos, fosse um dos escollidos para a commissão de orçamento, e pelo que não seria? E' um problema de facil solução. O Sr. Paulo que anda sempre nas maiorias, ainda que contingentes, suppoz no seu bestunio illudir a minoria affectando seguir, como elle diz, o preceito de Ovidio—*mediu tutissimus ibis*—; porem o homem, que nem para isto tem tacto, espichou-se completamente. A maioria prometeu no seu adepto um terço de seus votos, que reunidos aos da minoria, com que elle contava, davao-lhe o resultado esperado; mas qual ficou só com o seu terço; e porque tal logração? Por que todos reconhecem a insignificancia do Sr. Paulo, e não lhe quizerão alimantar por mais esta vez a presumpção desmedida de que é dotado, e assim ficou o nosso financeiro por excellencia sem parte na commissão de orçamento!!

A vista d'esse acontecimento, que tanto contrariou o Sr. Paulo, entendeu elle que a minoria o despeitára, e por isso llo vai fazer a mais crua opposição a ella, e ao Governo a quem sustenta, e esta é a sua desforra—opposiçãõ decidida e franca— pois quer com a força de seus *luminosos* argumentos pulverisar essa minoria, e vingar-se da afronta.

Na sessão de 8 principiou o *distincto* orador a sua opposição votando contra a admissão do Secretario do Governo nas discussões da Assembleia, porque, disse elle, a minoria a adoptou, e principalmente porque não quer na casa um delegado da presidencia que pode muito influir com a sua presença. Eis pois o Sr. Paulo pronunciado: honra lhe seja. Folgamos com essa independencia de caracter hoje tão rara entre nós, e de tanto maior valor quanto é certo que é um empregado de mera confiança quem tão manifestamente se pronuncia. Pouco nos maravilha no Sr. Paulo a sua actual posição na Assembleia—porque de ha muito o conhecemos, é homem que não verga, quebra.

Agora verá essa minoria se levanta mais a griipa, se esse homem criado para representar no grande theatro do mundo, e cujos talentos se achão em inação n'este acanhado espaço, e como ofuscados pelas incredulidade d'esses que não comprehendem a sublimidade de suas ideas, verá se esse homem, dizemos, de vontade e de recursos, é impotente!! A julgar dos homens e das cousas pelas apparencias ninguém duvidará por um momento de que o Sr. Paulo é homem que bem pensa antes de obrar, durante a sessão está sempre o Sr. Paulo com o Regimento, Código &c., &c., em roda de si nada se discute que não soffra uma leitura sua; está de continuo a retorcer os arrebecados queixos, a fitar um objecto qualquer, propriedades do homem pensador, e em resultado suas decisões são bem tomadas.

Srs. da minoria, não priveis a nós expectadores das galerias e corredores do espectáculo de que gozamos quando o Sr. Paulo se interna nas discussões; dai-lhe sempre corda, e logo que for afrouxando,

tocai-lhe na tócla—o Thezouro—é por ali que o homem se revê, e perde a nudez, esperamos de vossa bondade que accedais aos desejos dos espectadores de bom gosto.

Sr. Redactor, até breve; oradores de igual calibre ainda occuparão as columnas do vosso jornal.

O espreitador.

Illm. Sr. Redactor.

—Em o n. 387 da sua Revista com vida V. S. o publico a discutir uma these, cuja solução incontestavelmente interessa ao foro: se não me engano he a seguinte—

O promotor desta Capital he o competente para interpor o recurso da revista nos processos criminaes, que de fora da sua comarca virem a Relação, e por consequencia naquelle em que os Bellos foram absolvidos.

Acudindo pois ao seu reclamo, alli lhe envio algumas mal elaboradas reflexões sobre a materia, mas em sentido contrario a sua opinião, como he necessario para que se obtenha uma verdadeira e util discussão. Se V. S. achar conveniente a sua publicação, sirva-se fazel as inserir na sua acreditada folha, senão mande-as para onde a ama do heroe de Cervantes, e o bom do cura, mandarão quasi todos os livros do fidalgo do Mancha.

O aviso de 3 de abril de 1813 achou-o tão expresso como V. S., mas a determinação nulle contenda parece-me inextinguível em face das leis, que a todo o cidadão, garantem o direito de somente ter de responder pelos seus actos, ás auctoridades do seu domicilio, ou do lugar aonde perpetrara algum delicto.

O codigo do processo criminal diz no § 3 do art. 160—He districto da culpa, aquelle em que for committido o delicto, ou onde residir o reo—No art. 257 declara que ninguém he isento de ser julgado no seu domicilio, ou no lugar do delicto. O regulamento n. 120 no art. 240 confirma aquellas disposições, que constituem regra geral, á qual, alem de outras excepções, se creirão as dos arts. 243 e 244 para os crimes de sedição e rebellião. Ora, estas e muitas outras iganes disposições, que fora superfluo citar, provao quanto a lei se esmerou em fixar a competencia dos juizes querendo por sem duvida que nunca o infeliz criminoso, ou supposto tal, seja constrangido na primeira instancia a responder perante outras diversas justicas, senão as já designadas, e, depois disso, perante a Relação do districto. A' vista disto como ha de um homem já occupado e julgado lá n'outro tribunal de primeira instancia, vir aqui *ex tri* da appellação ficar sujeito ao promotor, que para esse homem he auctoridade perfeitamente estranha? ... Quanto a mim o promotor da comarca, nessa qualidade não passa de um membro, por certo muito necessario, do tribunal criminal junto ao qual serve, mas a sua auctoridade legal, a respeito dos reos processados e julgados em diversas comarcas, he inteiramente nenhuma.

Dirão talvez, que em se conceder ao promotor da capital a faculdade de interpor a revista nos casos de these, não se obriga nenhum reo a salír do seu foro, por não equivaler semelhante interposição a uma accusação, nem a um julgamento, e apenas ser um remedio para obviar á impunidade. Se tal argumento apparecer,

desde já declaro que ainda me não dou por convencido. A interposição do revisita, podendo trazer por consequencia a nullidade do processo, e um novo julgamento, que bem pode a final causar a condemnação do recorrido, importa, para assim me explicar, uma renovação da accusação de que aquelle fora absolvido: logo em vez d'essa interposição ser um acto estéril, ou pelo menos de pouca gravidade, acho-lhe pelo contrario summa importancia. Mas on esta seja grande ou diminuta, em nenhuma lei vejo ao promotor da capital ou das capitães, sedes das Relações, tacita ou expressamente concedido aquelle direito. Os artigos 37 do codigo do processo, e 213 e seguintes do precitado regulamento n. 120 nem directa nem indirectamente fallão nisso: a Resolução de 20 de dezembro de 1830 igualmente he muda: nenhuma outra disposição legislativa, ao menos que eu saiba, foi mais explicita; e por fim, os lugares supraditos, em que se estabelece a competencia dos juizes, parecem contradizer o referido direito do promotor; como então se pode prestar obediencia a um aviso totalmente opposto a tantas disposições de leis? Em um paiz constitucional a força destes actos do executivo, ou he muito pouca cousa, ou nada.

Se da Resolução citada para o caso controvertido algum argumento se pode deduzir, he a favor das procuradores da coroa. Diz o art. 27—Quando a revista for intentada pelo procurador da coroa, soberania, e fazenda nacional ... e falla assim, tratando das revistas em processos criminaes, porque em cada uma das Relações do Imperio a lei collocou um agente (talvez que em vez de procurador da coroa, se lhe devesse chamar outro nome, v. g. procurador da nação &c.), cuja auctoridade se estende a todo o districto judicial da Relação, e cuja missão tambem consiste em responder nos feitos criminaes, e em assistir aos julgamentos destes. Não parecerá logo mais coerente que esse agente exerça, elle só, o direito de recorrer por via de revista das decisões, que achar menos justas nos casos permitidos nas leis?

Aqui me fico, e declaro que sendo-me indifferente a resolução affirmativa ou negativa da these mencionada, nenhuma duvida terei em modificar, e mesmo em absolutamente mudar de opinião, se, discutida a materia, apparecerem razões que a isso devam impellir-me. O meu fim he aprender.

Um do publico.

A REVISTA.

O exclusivismo na assembleia provincial.

—O partido exclusivo, ou opposto ao conciliador, e da liga, sem orgão na imprensa, sem opinião no paiz, e limitado somente ás posições officiaes que ainda occupa, concentrou todas as suas forças na assembleia provincial, onde se constituiu em opposição parlamentar a politica da administração cujos principios não ousava ate aqui combater de frente. A assembleia provincial pois é hoje o theatro em que tem de ser dado o combate entre o *exclusivismo* e a *conciliação*, e como tal deve por duplicado motivo occupar a nossa attenção.

Segundo a resenha das forças dos dois partidos quando a assembleia começou a trabalhar, o exclusivo tinha uma maioria fluctuante de dois votos, mas com a entrada de alguns deputados ausentes esta maioria ficou reduzida a maioria de um voto, e por fim convertida em minoria.

A moção para o secretario do governo poder assistir aos debates da casa, é pelo caracter que tomou, a questão mais importante queahi se tem por ora apresentado. Feita por um membro da opposição (o senr. D. Francisco), foi regeitada em 2.ª discussão por 13 votos contra 12, combatendo-a a opposição como medida governista e votando contra ella o seu proprio author. E' esta uma daquellas singularidades que só podem ser explicadas pela má fé do espirito de partido.

A opposição neste caso ainda em maioria na assembleia quiz ter o gosto de levantar castellos para derribal-os, e nem outra cousa se pode suppor, sendo corrente que o author do projecto, um dos chefes della, foi o mesmo que se offereceu ao presidente da provincia para apresental-o.

Fosse porem o Sr. D. Francisco quem se offereceu, ou como elle pretende, o presidente quem lhe pediu para propôr, a opposição escolheu mal o seu cavallo de batalha, porque ou de uma forma ou de outra quem fica mal no negocio é sempre o proponente, seja por falta de lealdade, seja por inconsequencia e levandade.

Outra questão em que se revella a opposição systematica do lado exclusivo, era querer elle que entrasse como suppleto o Sr. padre Virgilio, seu adepto, e não o Sr. Guilhon, parente do presidente, achando-se ambos no mesmo caso, mas nesta já foi vencido, porque a assembleia resolveu que fossem chamados ambos os suppletos, si bem que não chegassem a tomar assento, em razão de terem chegado os proprietarios em cuja falta entravam.

Assim é que o lado exclusivo da camara de tudo quer fazer questão entre elle e o governo, ainda da causa a mais indifferente, constituindo-se em opposição systematica, caprichosa e cabeçada, como teremos de vêr, não só nestes casos a que chamamos de algibeira, por serem de proposito suscitados, mas lá para diante quando se tratar das verdadeiras providencias propostas pelo governo, como redução da força policial, e outras, si é que achando-se em minoria, não preferir elle abandonar o campo do que já tem dado exemplo.

Mas se se lhe perguntar o motivo de semelhante opposição, a mesma gente do exclusivo vêr se ha embaraçada para dal o, si os não for cada um procurar nos seus descontentamentos particulares. O Sr. Gregorio, e o Sr. João Caetano, dirão ambos que é porque os não fazem deputados geraes. O Sr. D. Francisco na assembleia, o Sr. Cerqueira na policia, dirá cada um no seu posto, que é porque não querem que elles continuem a governar o Maranhão juntamente com o Sr. Mariani. O Sr. Sanches dirá que é porque não espera mais fazer as vezes de presidente da assembleia. O Sr. Angelo Moniz, esse dirá talvez que não sabe porque: e assim muitos outros como os Srs. Aranha, Cascaes, Joze Maria, Galvão, &c. &c.

Preciso é pois que se diga isso ou cousa semelhante, porque factos publicos

não os ha para coonestar a sua opposição á administração que marcha regularmente, e longe de hostilizar-os, affixa, pelo contrario, uma politica harmonisadora que deve convir a todo o homem bem intencionado, e em que ha lugar para todo o homem de juizo. Mas essa gente é justamente daquelles que não conhecem o seu lugar na sociedade cuja cupula indevidamente entulhão e maculam, porisso desdenham e repellem o ramo de oliveira que de hãoante se lhes offerece, e retribuem beijos com ventadas e abraços com caixas.

Como a administração tem guardado até hoje uma especie de neutralidade entre as fracções dos diversos partidos, collocando-se no centro de todas, com o fim de vêr fructificar a politica de conciliação, entendem elles (os exclusivos) que podem aggredil-a impunemente como fraca e impotente para resistir lhes; a prudencia tomou na por indecisão, e moderação por fraqueza. Cumpre por tanto a administração convencer os do contrario, mostrando lhes que por isso mesmo que tomou aquella posição elevada, conta com o apoio eficaz da grande maioria da provincia para nullificar os ataques daquelles que, por interessados na continuacão dos abusos, se oppoem locamente ás mais necessarias e indispensaveis reformas cujo complemento não está em poder de ninguem evitar, por que si é possível retardar accidentalmente o progresso da sociedade, não é o opor-lhe diques ou barreiras, principalmente quando este ganha impulso e vôo. Tome, sim, o governo provincial a attitudem energica que convem em taes casos, e verá em breve desvanecerem-se ou pelo menos, modificarem-se as pretensões dessa opposição caprichosa, composta em grande parte de empregados do 2.º ou 3.º ordem, capitaneados por 3 juizes de direito. Desengana: por exemplo o governo ao chefe de policia que toma no paiz official posição independente, e quasi ameaçadora, sem dar satisfações a assembleia provincial de que é membro reconhecido, e em vão espera que elle vá assistir as suas sessões—de que a policia com que faz jogo, é mero auxiliar do governo, e não desta ou daquela facção—que as cousas haão de entrar nos seus eixos.

Tanto é infundamentada a opposição que se está fazendo ao governo que, para dar-lhe pasto, foi necessario que do proprio circulo opposicionista, sahisse essa moção sobre o secretario da presidencia, que foi combatida como espantallho governista, sem que ao menos tivesse sido indicada pelo governo ao seu relatorio! Um tal projecto, pois, longe de poder ser considerado governista, não foi senão um verdadeiro parto opposicionista, attenta a origem do de partiu. Uma rousa porém revellal-elle na má fé e quebra de dignidade com que foi apresentado, e combatido—o desejo premeditado de combater a administração, fosse como fosse.

Conservar-se agora o governo na apathia da indifferença, em presenca desse tão significativo acto de hostilidade, que será o meio de dar calor e ousadia ao exclusivismo que, repellido em quasi todos os districtos da provincia, veio assilar-se na assembleia, como a sua mais defensiva, e ultima guarida. Ahi mesmo porem temofé que será, dentro em pouco, combatido e vencido pelas forças triunfantes da ligação partido conciliador. No entanto rele-

va confessar que de toda qualidade de guerra que sofre o governo, a menos temivel, é por certo essa de empregados secundarios e amoviveis, que está, em suas mãos evitar.



Sr. Redactor.

—Já serão reputados contrabando os coiros que vem do Monim para esta cidade? pois saiba que no dia 16 do corrente foram aprisionados por uma patrulha uns 10 ou 11 coiros que vinham daquela villa, e sendo reclamados ao meritissimo chefe de policia, não os quiz este mandar entregar a seu dono, a pretexto de serem contrabando, e foi preciso que o collector que sem dvida entende melhor as leis fiscaes que o meritissimo os mandasse restituir, para deixarem de ser boa presa. Publique esta na sua folha—id perpetuum rei memoriae—

Seu venerador,
O X.

AVISOS.

☞ Uma ama de leite, sem filho, moça e sadia: nesta Typ. diz-se quem aluga.

☞ Antonio Pinto Ferreira Viana, pretende comprar um preto que saiba de olaria, tanto de telha e tijolos, como de roda, que seja de boa idade e bons costumes, quem o tiver pode procurar o annunciante na rua do Desterro.

☞ Vende-se por preço commodo no armazem de Quintanilha & Sá, fazendo canto para o beco d'alfanega e rua do Giz, especialissimo CHA' HISSON chegado proximaemente do Lisboa pelo brigade Laia.

☞ Em Dezembro do anno proximo passado fugio da Villa de S. Bento, a Maria Magdalena do Valle uma escrava cafusa de nome Raimunda, idade de 16 annos; tem de nacença uma grande cicatriz que mais parece queimadura, desde o delgado do nariz á ponta; chabello encarpinhado quase chegado ao centro das sobranceiras; quem a entregar nesta cidade a Lopes de Souza & Teixeira; em S. Bento a Joze Antonio Ramos; e na Villa de Vianna á annunciante será gratificado, alem das despesas. Maranhão 11 de Maio de 1847.

☞ Antonio Pedro dos Santos, tem para vender por commodos preços em seu Armazem sito na rua do Giz casa n.º 20 os seguintes generos chegados ultimamente do Lisboa no Brigue Urbana: Chá Hysson de superior qualidade, Geleia de marmello em frascinhos e boiões; Quartos de marmello em ditos, Marmelada superior em boiões. Doce de pera, ginja, pecego, ameixa, abobera e figo em frasco e boiões; o mesmo tem ordem para comprar hum escravo que seja official de caprina, e hum dito cozinheiro, quem os tiver, e quizer vendellos, pode dirigir-se ao mencionado Armazem para tractar do ajuste.

Maranhão, Typographia da TEMPERANÇA—1847.
Impresso por M. P. Ramos, rua Formosa n.º 2.